

DE-educacao

113

Ceilândia pede polícia nas escolas

Comunidade quer batalhão específico para conter onda de violência

A Secretaria de Segurança Pública poderá criar um batalhão especial, no âmbito da Polícia Militar, visando a proteção dos estabelecimentos de ensino. A idéia foi apresentada ontem, ao secretário João Brochado, por uma comitiva de alunos, docentes e representantes comunitários, em função de recentes ocorrências verificadas em Ceilândia, quando até mesmo professoras foram atacadas nos intervalos das aulas.

Segundo a Assessoria de Comunicação da SEP, o contingente destinado aos educandários depende, ainda, da definição do secretariado do GDF e da possibilidade de efetivação da proposta. De imediato, o policiamento fica-

rá restrito à realização de rondas nos locais de maior violência, em um trabalho considerado de "caráter emergencial". As viaturas — em princípio três — deverão patrulhar os Centros Educacionais 13 ("P" Sul) e 3 (Guariroba) e o de alfabetização da satélite.

O sistema de vigilância será elaborado pela PM, com posterior aprovação do comandante Almir Maia Ribeiro. Para a presidente do Sindicato dos Professores, Lúcia Carvalho, o batalhão especial "é apenas um paliativo. O processo de violência tende a crescer, devido à situação econômica do País e à conseqüente marginalização daqueles indivíduos sem espaço".

Acrescentou que a proposta levada ao secretário de Segurança não precisa extrapolar a área de atuação da Fundação Educacional. "Bastaria treinar e reciclar os agentes de portaria e vigilantes, criando instrumentos para que eles mesmos cuidem de forma adequada, da segurança nos educandários. Podemos fazer isso com o pessoal próprio". Hoje, afirma, esses funcionários não estariam capacitados para tal serviço.

Lúcia Carvalho pintou um quadro negro no tocante à violência. Relatou o ocorrido com professoras da FEDF, que, ao atravessarem a pista que liga uma unidade escolar a outra, ainda em Ceilândia, foram vítimas de todo o tipo de violência: "Por sorte escaparam do estupro".



Lúcia Carvalho

Fundação recicla professor

Fundada no mês passado e funcionando na extinta Escola Classe 106 Sul, a Escola de Aperfeiçoamento de Pessoal (EAP) da Fundação Educacional já começa a atuar para melhorar a qualidade do ensino na rede pública. A partir da próxima terça-feira, 640 professores, distribuídos em 16 turmas, iniciarão uma série de cursos, com duração total de um ano e meio ou 600 horas, ministrados por docentes do próprio órgão.

Segundo o coordenador da área de humanas da EAP, Ermenegildo Bastos, o objetivo principal da entidade é atender não somente a professores, mas também ao pessoal administrativo. "Nossa filosofia não é a de oferecer cursos de treinamento, que sirvam para adestrar os alunos. A idéia é trabalhar numa visão mais ampla, aperfeiçoando o pessoal", explica ele.

CURSOS

Assim, a EAP irá fornecer, numa primeira etapa, um conjunto de cursos que compoem tal filosofia. São eles: Metodologia Científica (180 horas), Educação Brasileira (180 horas) e matérias específicas, como língua portuguesa e matemática (com 120 horas cada uma). Em outubro, será realizado, na sede da Fundação Educacional, um curso voltado para o estudo da proposta pedagógica, com duração de 80 horas.

O prazo previsto de 600 horas pode parecer longo, mas isso não desestimulou os professores. Surgiram mais de 1 mil inscrições para as 640 vagas. "Esta foi nos-

sa primeira vitória. Tivemos uma resposta positiva", avalia Ermenegildo. Por esse motivo, os candidatos tiveram que ser selecionados. O principal critério e que o docente deve ser regente, ou seja, precisa estar trabalhando na sala de aula. A seguir, vem o tempo de serviço ou antiguidade e o plano de carreira. "Nesse caso, são beneficiados aqueles que têm menos cursos nos currículos", explicou.

Outra vantagem para os alunos consiste nos horários em que as aulas serão ministradas. Eles terão aula nos dias de coordenação e aos sábados, totalizando 10 horas semanais. Além disso, as turmas estarão distribuídas pelas regionais de Taguatinga, Gama, Sobradinho, Ceilândia e Plano Piloto. "Isso vai facilitar o acesso de todos os interessados", lembra o coordenador da área de humanas da EAP.

AMPLIAÇÃO

Em fevereiro, a Escola de Aperfeiçoamento de Pessoal vai abrir novas turmas, para que todo o universo de professores da FEDF seja atendido. Em outra oportunidade, será a vez do pessoal administrativo. "Nosso objetivo é atender todo mundo", assegura Ermenegildo Bastos. De acordo com ele, os docentes que ministrarão os cursos são "altamente capacitados". Lembra, ainda, que os interessados podem optar pela ordem em que preferem começar a participar das reciclagens.

Dom Bosco veta uso de bermuda por aluno

Sob a ameaça de não poderem entrar na escola, como ocorreu na última quinta — feira por estarem vestindo bermudas, os alunos de 2º grau do Colégio Dom Bosco (904 Sul) tiveram ontem um dia normal de atividades. Mas o impasse continua. De um lado, estudantes e pais consideram um absurdo a proibição do colégio à entrada de alunos sem vestimenta apropriada (calças compridas); do outro, a direção do estabelecimento, afirmando que "tudo tem uma hora apropriada".

Inconformados, os estudantes tentaram forçar o colégio a esquecer a proibição. Mas ontem, assim como na véspera, quem não vestiu calça comprida não pode entrar na escola. O jeito foi apelar para a imaginação e não deixar esquecida a reivindicação da comunidade: em cima das calças compridas, os alunos vestiram bermudas. Uma mãe, que preferiu não se identificar, disse que a medida não tem cabimento: "É natural a reivindicação dos estudantes com o clima em que vivemos, muito seco e de temperaturas elevadas".

Cristiane Rezende, aluna do 1º ano, afirmou que os estudantes estavam dispostos a manter a mobilização e só entrar no colégio de bermuda, mas a direção ameaçou dizendo que as aulas continuariam normais para quem fosse de calça comprida e a matéria considerada como dada:

"Nossas provas bimestrais comecem na semana que vem. Não podíamos arriscar".

"Nem saia a gente pode usar", lembrou Ana Cláudia Cintra, aluna do 1º ano. Uma outra estudante, Márcia Teixeira Gala, contou que antes dos estudantes aparecerem no colégio de bermuda, elaboraram um abaixo-assinado pedindo a suspensão da medida. Ela disse que o documento foi rasgado sem ser lido pela direção.

O coordenador pedagógico do colégio, José Teixeira Nazaré, diz que cada escola tem suas regras: "Por exemplo, no Colégio Militar os estudantes devem ir sempre uniformizados". Dizendo que a escola está preocupada com a formação cultural do jovem, Nazaré aponta a própria sociedade como idealizadora de várias regras. "Não se entra no Congresso Nacional vestido de qualquer forma, e lá é a casa do povo", comentou.

A briga de idéias e conceitos parece que não vai parar tão cedo. Os alunos prometem trazer os pais para conversar com a direção do colégio. Eles não admitem algumas contradições e vão lutar pelo que consideram "justo e mais do que normal". Os estudantes atualmente podem usar bermudas e shorts para a prática de educação física. Uma outra exceção à proibição é um belo gesso na perna.

BETH MUNHOZ



Protesto com humor: estudantes trajam bermudas sobre calças